

## 5 – A Reforma Gustavo Capanema

### 5.1 – Elaboração da Reforma<sup>1</sup>

Gustavo Capanema, em 2 de dezembro de 1937, afirmou, no discurso proferido na cerimônia em comemoração do centenário do Colégio Pedro II, que o ensino secundário era um “assunto delicado” e que exigiria “do Govêrno Federal ação esclarecida e enérgica”.

Não sabemos qual foi a primeira iniciativa de Gustavo Capanema. Após analisar os documentos, podemos afirmar que sua primeira preocupação foi avaliar as mudanças introduzidas no ensino secundário pela Reforma Francisco Campos.

Em 1939, o ministro analisou um estudo, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, sobre a educação escolar brasileira no período de 1932 a 1936.

O documento é um longo trabalho de “analyse dos números e das tendências que o ensino brasileiro revelou”, no período citado, “levando á vista dos resultados estatísticos obtidos nesse quinquenio”<sup>2</sup>. As seguintes partes são desenvolvidas no trabalho: Unidades escolares, Movimento de matrícula, Aprovações e conclusões de curso, Professorado, Despesas com a educação e o ensino, Providências governamentais em prol da educação, Resumo e conclusão. “Cada uma dessas partes se subdivide em diferentes capítulos, apresentando tabelas, numeros, indices e graphicos, elementos pelos quais” seria “possível apprehender de prompto o movimento do ensino no período considerado, confrontal-o com outros períodos anteriores”<sup>3</sup>.

Várias questões de administração são apresentadas no documento, “taes como a ‘area escolarizada e escolarizante’ do paiz, o da proporção das despesas nos varios grãos de ensino e por parte dos Estados e dos Municipios, o preço medio de ‘alumnos-anno’ e a despesa por habitante”. Em relação ao ensino secundário, “salienta o prof. Lourenço Filho que, em 1932, tínhamos um alumno para cada 696 habitantes; em 1936, um para cada 397, o que dava a taxa de 26 por dez mil habitantes, sensivelmente igual a de paízes europeus das mais velhas tradições de cultura”<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Grande parte dos documentos citados neste capítulo encontra-se citados num rascunho feito pelo ministro, intitulado *Estudos sobre o ensino secundário* [Arquivo Gustavo Capanema – CPDOC / FGV – G.C. 38.11.01/2 (série g)].

<sup>2</sup> Artigo publicado pelo *O Jornal*, em 12 de novembro de 1939, sobre a entrega desse documento a Gustavo Capanema pelo então diretor do I.N.E.P., o professor Lourenço Filho.

<sup>3</sup> Idem. Tabelas citadas: Arquivo Gustavo Capanema – CPDOC / FGV – G.C. 36.03.24/1 IV – 1 (série g).

<sup>4</sup> Idem.

Em 11 de agosto de 1939, Lucia Magalhães, ao que tudo indica, após uma conversa informal com Gustavo Capanema, envia uma carta ao ministro anexando um artigo, de sua autoria, intitulado *Síntese da evolução e da situação atual do ensino secundário no Brasil*<sup>5</sup>.

A maior parte do artigo é dedicada à Reforma Francisco Campos. Ela cita várias vantagens da reforma: organização, programas, seriação, métodos de ensino, fiscalização, etc. Para ela pouco faltava “a Lei Campos para ser perfeita: apenas minúcias que só a prática poderia apontar (...)”.

Até o presente momento, a única mudança planejada pelo ministro, e confirmada por Lucia Magalhães no artigo citado, era a alteração dos ciclos do ensino secundário. Mas, apesar disso, ele pretendia manter a duração do curso secundário em sete anos<sup>6</sup>.

No mês seguinte, mais precisamente em 13 de setembro de 1939, Gustavo Capanema recebeu um relatório sobre a legislação do ensino secundário vigente nos seguintes países: França, Alemanha, Itália, Suíça, Holanda, Bélgica, Inglaterra e Portugal<sup>7</sup>. Esse estudo, enviado por Alvaro Castro, foi feito a partir de um pedido do próprio ministro, ao tomar conhecimento que o mesmo viajaria para a Europa.

Com objetivo de recolher “nos principais países do Velho Mundo elementos adaptáveis á alterações necessárias ás leis reguladoras do nosso Ensino Secundário”, Alvaro Castro descreve os principais pontos da estrutura do ensino nos países citados acima (p. 1). Antes, porém, de mencionar em detalhes tais estruturas, ele apresenta algumas observações sobre a *orientação pedagógica* e os *planos de estudos*.

Sobre o primeiro item citado, ele afirma:

“(...) em todos eles [os países], sejam de regimen democratico ou totalitario, observei a preocupação de dar ao ensino uma orientação e finalidade práticas e uma organização em que a estrutura e as funções de todos os seus aparelhos representem um todo homegeneo, perfeitamente coordenado. Essa preocupação observada em toda parte, quanto a unidade funcional e estrutural do ensino, tem os seus fundamentos na escola elementar unica, que, como tronco de um sistema, emite a seiva que, espargindo-se pelos diversos ramos, leva-os elementos efetivamente idoneos para as várias especializações reclamadas pelas diretivas da vida nacional.

Procura-se sempre estabelecer estreita solidariedade entre a atividade escolar e a vida social e política do Estado.

Constitue, também, ponto essencial nos atuais regimes educacionais europeus o princípio da seleção dos jovens estudantes, tornando acessível o estudo, em todos os graus àqueles que, pobres ou ricos, não importa, revelem

<sup>5</sup> Arquivo Gustavo Capanema – CPDOC / FGV – G.C. 36.03.24/1 IV – 2 (série g).

<sup>6</sup> Confira, discurso proferido por Gustavo Capanema na cerimonia em comemoração do centenário do Colégio Pedro II.

<sup>7</sup> Arquivo Gustavo Capanema – CPDOC / FGV – G.C. 36.03.24/1 IV – 3 (série g).

real capacidade e vocação. A cultura deixa de ser, assim, um privilégio das classes abastardas.

Escola unica e ensino obrigatorio e gratuito, constituem hoje as bases fundamentais dos sistemas educacionais de todos os países do Velho Mundo” (p. 2, grifos do autor).

Sobre os *planos de estudos*, Alvaro Castro observa que geralmente era adotada, nesses países, a “seriação das disciplinas no encaminhamento dos estudos, articulados por classe, ao envez do sistema de aprovação por matéria isolada outrora adotado no Brasil e em Portugal” (p. 2 – 3).

Ele prossegue com a descrição do ensino nos países citados e, no final do trabalho, apresenta a Gustavo Capanema algumas conclusões. Vejamos:

“As condições do ensino no Brasil pode apresentar falhas e deficiencias; sua organização não constitue uma estrutura uniforme.

Dá a impressão de uma obra projetada em proporções ciclópicas, mas apenas falhada em algumas das suas partes; o artista não poudé em poucos golpes fazer ressaltar a grandiosidade de suas formas. Ha porém detalhes burilados que já demonstram a pureza dos ideais. Temos, de fáto, muito trabalho a executar, mas, do que já se acha feito ha também muito com que nos ufanar.

É evidente que o problema educacional no Brasil tem sido cuidado por partes; não apresenta, ainda o aspecto de uma obra homogenea.

Em relação ao ensino secundário, o decreto em vigor nº 21.241, de 4 de abril de 1932, instituiu uma reforma util, cheia de preceitos salutaes e de inegavel calor. Pela sua curta distancia do movimento revolucionario de 1930, marca essa lei o periodo de transição entre o velho e o novo regimen.

No decurso de 7 anos (1930 – 1937) preparatorios do Estado Novo, sofreu o problema educacional como os demais problemas ligados à vida politica e economica do Brasil varias modificações, retoques e adaptações.

Pondo de novo em execução esse decreto-lei quis, naturalmente, o governo toma-lo como pedra de toque para uma definitiva remodelação de accordo com as diretivas do Estado Novo.

É este justamente o momento mais oportuno para atingir o objetivo visado, pois, com a providencial extinção do regimen federativo, os principios adotados no Constituição de 10 de Novembro de 1937, fizeram desaparecer os obstaculos para uma organização única da educação nacional.

Dessa nova diretriz que sei constituir um dos propositos do Snr. Presidente Dr. Getulio Vargas e de V. Excia. estou certo, ha de surgir a Carta Magna do Ensino Nacional” (p. 12 – 3).

Gustavo Capanema consultou também o Colégio Pedro II. O estudo “encomendado” pelo ministro, foi feito por uma comissão formada pelos professores Raja Gabaglia, Clóvis Monteiro, Jonathas Serrano, Nelson Romero e Euclides Roxo, relator<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Arquivo Gustavo Capanema – CPDOC / FGV – G.C. 36.03.24/1 V – 2 (série g).

A comissão, “honrada com a incumbência de estudar um novo currículo para o curso secundário”, apresenta a Gustavo Capanema, em 28 de fevereiro de 1940, “o resultado dos seus estudos sobre o assunto”.

A pedido do ministro<sup>9</sup>, a comissão apresenta uma nova distribuição dos ciclos. O curso secundário seria dividido da seguinte maneira: ciclo A, com três séries; ciclo B, com duas séries e ciclo C, também com duas séries.

Uma nova subdivisão do último ciclo foi apresentada, pela comissão, no documento. O ciclo C, seria subdividido em dois cursos, um denominado *Letras* e outro *Ciências*, abolindo assim, o curso complementar<sup>10</sup>.

Vejamos o currículo do curso secundário apresentado pelos professores do Colégio Pedro II:

Disciplinas	Ciclo A			Ciclo B	
	1a	2a	3a	1a	2a
Português	3	3	3	3	3
Latim	3	3	3	3	2
Francês	3	3	3	2	-
Inglês	-	-	-	3	3
Geografia	3	2	2	2	2
H. do Brasil	2	-	-	-	1
H. Geral	-	2	3	2	2
Matemática	3	4	3	3	3
Ciências	1	1	1	-	-
Física	-	-	-	1	2
Química	-	-	-	1	2
H. Natural	-	-	-	1	2
Totais	18	18	18	21	22

<sup>9</sup> Idem, p. 2.

<sup>10</sup> Talvez, aí se encontra a gênese dos cursos clássico e científico implantado pela reforma Gustavo Capanema.

Disciplinas	Ciclo C			
	Letras		Ciências	
	1a	2a	1a	2a
Português	3	2	2	2
Latim	2	3	-	-
H. do Brasil	2	-	2	1
H. Geral	-	2	-	2
H. da Filosofia	-	2	-	1
Psicol. e Logica	3	2	2	-
Matematica	2	2	4	5
Cosmografia	-	-	2	-
Física	2	1	3	3
Química	2	1	3	2
H. Natural	2	1	3	3
Sociologia	-	2	-	1
Literatura	2	-	-	-
Geografia	-	2	-	2
Grego ou Inglês ou Alemão ou Italiano ou Hespagnol	4	4	3	3
Totais	24	24	24	24

Para eles, cada um desses ciclos constituiria “uma base completa de estudos, suficiente para facultar o ingresso, respectivamente, em escolas profissionais especializadas, em escolas de Farmacia, Odontologia, Arquitetura, Musica etc. e finalmente nas grandes faculdades e escolas universitárias de Filosofia, Direito, Medicina e Engenharia” (p. 2).

Após a apresentação da nova grade curricular, os professores apreciam as alterações propostas.

Os programas das disciplinas do ciclo A, seriam “organizados, para as três séries, de modo a constituírem uma vista global da matéria, ministrada em seus lineamentos básicos e de modo a fornecer os principios fundamentais e as idéias gerais”, que deveriam “formar o arcabouço cultural, sôbre que se possa desenvolver a cultura humanística ou o preparo técnico profissional para os que egressam ao fim da 3a série” (p. 2).

No ciclo B, o aluno continuaria o estudo das matérias do primeiro ciclo, porém, “em grau de maior desenvolvimento”, substituindo o estudo de Ciências Físicas e Naturais “pelo estudo sistemático da Física, da Química e da História Natural, em aulas distintas”. Começaria também o estudo do Inglês que seria completado no ciclo C. (p. 3)

No ciclo C, “diferenciado em dois anos (Ciências e Letras)”, a proposta era de continuar “o estudo de todas as matérias dos dois primeiros, com exceção do Francês, acrescida de História da Filosofia, Psicologia e Logica, Sociologia e Alemão para ambos os

anos, de Cosmografia para o de Ciências e de Literatura, Grego, Italiano ou Espanhol para o de Letras, sendo estas ultimas linguas somente para os que se destinassem ao curso de formação de professores de linguas néo-latinas da Faculdade de Filosofia”. E ainda, “No ramo de Ciências”, o estudante optaria “entre a continuação do estudo do Inglês, iniciado no curso fundamental, e a aprendizagem do Alemão, aconselhada” para os que se destinassem a Medicina. (p. 3)

Os professores ainda sugeriam que, além das horas destinadas a cada disciplina, fossem “dadas aulas práticas ou de realização de trabalhos”, principalmente “nas cadeiras de Física, Química e História Natural” (p. 3).

A comissão também sugere ao ministro algumas medidas, “tendo em vista o exito na formação do estudante secundário”. Vejamos:

“Assim, em um currículo completo, deverão reservados tempos suficientes para o desenho, os trabalhos manuais, o canto orfeônico, a educação física e a educação cívica, moral e religiosa.

O novo currículo e os novos programas deverão ser aplicados, de início à 1a série e à 6a (1a do ciclo C), e sucessivamente a uma nova série, em cada um dos anos subsequentes ao da reforma. Evitar-se-hão dêsse modo os inconvenientes e o prejuizo de interesses materias respeitaveis dos estudantes, dos diretores de colégios e dos editores de livros didáticos.

É indispensável que os programas sejam elaborados tendo em vista as dependencias e correlação entre as diversas matérias do curso, de modo a evitar repetição do mesmo assunto em duas ou mais disciplinas, como se verifica, por exemplo atualmente, para alguns pontos de Matemática e de Física, de Geografia e de Ciências e para o estudo de gramatica geral que se repete em todas as linguas e que deveria ser feito, de uma vez por todas, por exemplo, em Latim.

Afim de possibilitar o ingresso em qualquer faculdade universitaria o estudante que concluir a 7a série de qualquer dos ramos, houve necessidade de reduzir ao mínimo a diferenciação desses dois ramos, o que acarreta uma diminuição do numero de horas em quasi todas as disciplinas. Indispensável se torna, pois, reduzir a materia dos programas dessas ultimas séries e dos concursos de habilitação, programas esses geralmente reconhecidos como excessivos para o curso secundário.

Faz-se mistér, ainda, pôr em prática o decreto sobre os livros didáticos, estabelecendo-se norma quanto à extensão dos mesmos, de modo que só contenham, limitadamente, a materia exigivel em provas e exames. Será o único meio prático e eficiente de combater a perniciosa tendência, que têm alguns professores, de darem uma profundeza e uma extensão descabida a sua matéria, drenando a sobrecarga de estudos que estafa e dasanima o estudante, ou pelo menos, sufoca, em um acervo de minúcias, as idéias básicas e os principios gerais que devem ser segura e definitivamente adquiridos” (p. 4).

E é deste modo que os professores da comissão encerram o estudo. No final do documento, a comissão agradece a Gustavo Capanema e se põe a disposição do ministro.

Gustavo Capanema começa a definir outros pontos sobre a reforma do ensino secundário e, em 11 de julho de 1940, em discurso proferido na cerimônia de colação de grau da primeira turma de licenciados da Faculdade Nacional de Filosofia, o ministro, ao falar da *missão do professor secundário*, afirma que<sup>11</sup>:

“Não tem o ensino secundário por objetivo transmitir o conhecimento completo e minucioso das ciências. Não é um ensino de ciências, isto é, não é um ensino de finalidade científica. A simples cópia de ciência não formará a inteligência, não dará à inteligência os caracteres da disciplina, da acuidade e da exatidão, nem são as ciências, por si mesmas, capazes de formar moral e civicamente a personalidade humana. Diz-se comumente que as ciências não tem pátria. Isto significa que elas não são essencial do ensino secundário, pois a pátria, nesse ensino, é a coisa essencial.

O ensino secundário é ensino de humanidades, isto é, de matérias destinadas a formar a personalidade espiritual do homem. É um ensino de energia, de probidade e de critério. É um ensino de sabedoria. Ele deve se para cada discípulo uma síntese da experiência humana. As ciências nele deverão entrar sem dúvida, mas em medida em que sejam elementos formadores dessa experiência”.

A orientação clássica não era somente defendida por Gustavo Capanema e Arlindo Vieira. “Uma forte corrente nestes últimos anos”, afirmou Lucia Magalhães em 1936, “restaurou o prestígio das línguas clássicas em todos os países de alguma significação cultural”<sup>12</sup>. Mas, haviam opiniões divergentes sobre o assunto; achavam um retrocesso.

Num artigo, intitulado *O sentido moderno da Educação*, publicado na *Revista do Ensino*<sup>13</sup>, Celso de Barros disserta sobre o tema. Para ele,

“Impulsionada pela moderna técnica de produção, que exige conhecimentos práticos, perfeição e velocidade no trabalho, a sociedade se encaminha no sentido da completa tecnização da vida, deixando nas margens da estrada percorrida tudo o que é clássico e antigo.

Não diremos que isso signifique um bem, ou que constitua um mal para a sociedade do futuro. Afirmamos apenas ser esta a diretriz inegável, o rumo indiscutível que os fatos imprimem a história.

(...)

Ninguém poderá dizer, neste momento, ‘que as probabilidades de triunfo são as mesmas para os que aprenderam grego e latim e os que se aprofundaram no conhecimento do petróleo e das fibras textéis, para os que estudaram as línguas mortas e os que se especializaram nas profissões vivas, para os que lêem Homero e Virgílio no original e os que

<sup>11</sup> CAPANEMA, Gustavo. *A missão do professor secundário: educar para a Pátria*. Ministério da Educação e Saúde, 1940.

<sup>12</sup> Estudo do projeto *Pontos essenciais para uma reforma eficiente do ensino secundário*. Arquivo Gustavo Capanema – CPDOC / FGV – G.C. 36.03.24/1 I – 1 (série g).

<sup>13</sup> BARROSO, Celso. *O sentido moderno da educação*. Revista do Ensino, ns. 149 – 151, Belo Horizonte: abril – junho de 1938.

se tornaram aptos a dirigir uma empresa, um instituto científico e uma organização comercial’.

(...)

Que significa, pois, educar, no sentido moderno? Qual a diretriz a ser tomada pelas autoridades nacionais e pelos educadores que dirigem os destinos do novo Estado?

(...)

Desejar imprimir agora à educação um sentido clássico é procurar cercar os movimentos dos que necessitam correr para vencer, é fornecer armas desusadas para um combate a metralhadoras, é pretender fornecer colaboradores para um mundo que já não existe, sepultado que se acha nas páginas da história.

O novo Estado brasileiro não pode consentir que o seu ‘Plano de Educação’ esteja fundamentado na teoria de meia dúzia de sonhadores honestos mas desambientados.

Sacrificar a ciência em benefício das letras clássicas, como manda o novo plano de educação, é fugir da realidade e deixar-se enlevar pela fantasia, é retrogradar a uma época extinta, é consultar os mortos sobre os destinos dos vivos.

O Estado novo requer a força e o dinamismo da educação técnica e científica, demanda diretrizes que lhe garantam um alto índice de produção, que represente a segurança de sua própria sobrevivência.

Dar a esse Estado moderno a educação antiga é caminhar para um fracasso que arrastará os dois no seu aniquilamento.

(...)

Educação científica, técnica e profissional, eis os rumos educacionais da nova sociedade, que tem como eixo de seus conhecimentos os grandes centros de pesquisas.

E o Brasil não tem necessidade de sonhar, em meio do dinamismo universal, mas de estar alerta, caminhando e correndo em busca de um grau de civilização mais elevado e de um mais alto padrão de vida para todos os seus habitantes” (p. 243 – 245).

Gustavo Capanema contou, também, com “algumas sugestões dos professores italianos contratados para a Faculdade Nacional de Filosofia”. Essas sugestões foram transmitidas ao ministro pelo embaixador da Itália.

Acusando o recebimento do estudo feito pelos professores italianos, Gustavo Capanema, em 14 de agosto de 1940, envia uma carta ao embaixador citado agradecendo e expondo as mudanças previstas para o ensino secundário. Vejamos:

“É por mim motivo de grande satisfação verificar que os pontos de vista dos citados professores coincidem com os que resolvi adotar na remodelação projetada.

É meu propósito dividir o curso secundário em três ciclos: o primeiro, de três anos, o segundo, de dois anos, e o terceiro, de dois anos.

O primeiro ciclo corresponderá mais ou menos à escola média italiana (nos termos da XI declaração da Carta da Escola); nos dois últimos ciclos, os estudos serão correspondentes aos do liceu clássico e do liceu científico italiano (ambos hoje com cinco anos conforme a XIV e a XV declaração de Carta da Escola).



O atual curso complementar de dois anos dividido em varias secções conforme o destino universitário que o aluno pretenda tomar, este curso mixto de ensino secundário e de ensino superior deverá desaparecer. Teremos, depois da primeira etapa de três anos, um currículo único de dois anos, e em seguida outro currículo único de dois anos, perfazendo tudo sete anos de curso.

A discriminação em setor classico e científico, que a lei italiana estabelece para os cinco anos de liceu, poderia ser entre nós estabelecida, ou a partir do segundo ciclo, ou poderia somente no terceiro ciclo. Entretanto, não me inclino a tal solução; prefiro um currículo único tanto no segundo como no terceiro ciclo.

Quanto ao latim, do mesmo modo que a lingua patria, será materia de estudos intensivo nos três ciclos. Não será o latim considerado como lingua estrangeira, mas como base e fonte, como estrutura e disciplina da lingua nacional” (p. 1 – 2).

Como veremos, as denominações *clássico* e *científico* vão ser estabelecidas pela reforma.

Outro ponto observado por Gustavo Capanema foi a inspeção. O ministro se preocupou não só em avaliar as mudanças introduzidas pela Reforma Francisco Campos, como foi dito anteriormente, ele também teve o cuidado de verificar os pontos dessa reforma que não foram cumpridos<sup>14</sup>. E, entre os artigos do decreto 21.241, de 4 de abril de 1932, que não tiveram execução estavam quase todos os referentes ao *Do serviço de inspeção*, do capítulo II.

Em 18 de fevereiro de 1941, Gustavo Capanema redige um documento contendo *algumas informações confidenciais sobre a reforma do ensino secundário*<sup>15</sup>. Após análise do mesmo, podemos afirmar que o ministro disserta sobre os principais pontos da reforma que seria empreendida em 1942.

De acordo com o documento, Gustavo Capanema, caso o projeto em elaboração fosse aceito pelo Presidente da Republica, pretendia implantar a reforma do ensino secundário no primeiro semestre de 1941, para poder entrar em vigor no ano de 1942.

Primeiramente, ele disserta sobre as finalidades do ensino secundário. Para ele,

“É assentado que o principio de que o ensino secundário tem duas finalidades essencias: em primeiro lugar, dar uma ampla e segura cultura geral aos adolescentes; em segundo lugar, orientá-los e troná-los aptos á realização de cursos profissionais de diferentes categorias” (p. 1).

<sup>14</sup> Arquivo Gustavo Capanema – CPDOC / FGV – G.C. 36.03.24/1 VI – 14 (série g).

<sup>15</sup> Arquivo Gustavo Capanema – CPDOC / FGV – G.C. 36.03.24/1 VI – 1 (série g). O documento não tem destinatário.

“Afim de poder atender, de modo satisfatório, a essas duas finalidades”, Gustavo Capanema confirma seu propósito, exposto na carta ao embaixador da Itália, de dividir o curso secundário em três ciclos, totalizando sete anos de estudo.

As matérias que fariam parte dos dois primeiros ciclos do ensino secundário, listadas pelo ministro no documento, são as mesmas apresentadas na proposta elaborada pela comissão de professores do Colégio Pedro II, exceto os estudos do francês e do inglês, fixados pela comissão; o aluno poderia optar, no ciclo A, pelo francês, italiano ou espanhol, e no ciclo B, pelo inglês ou alemão. O estudo de história, segundo o ministro, iria desdobrar-se em história geral e do Brasil, o mesmo acontecendo com o estudo da geografia.

As matérias do terceiro ciclo, apresentadas pelo ministro, diferem um pouco da proposta elaborada pela comissão citada acima. Segundo Gustavo Capanema, no terceiro ciclo, seriam ministradas as matérias do segundo ciclo, “salvo a primeira lingua estrangeira”, mais a Filosofia e a Sociologia. Ele não cita o desdobramento do terceiro ciclo, em *Letras e Ciências*, apresentado pela comissão.

Além das disciplinas mencionadas, que constituiriam, “em sentido estrito, os estudos do ensino secundário”, os alunos, nos três ciclos, teriam aulas de educação física, moral e cívica. (p. 2).

Outro ponto citado pelo ministro foi a elaboração dos programas das disciplinas que fariam parte do currículo do curso secundário. Pare ele, “os programas das diferentes disciplinas”, deveriam abranger “apenas o necessário das respectivas materias, de modo que” pudessem “ser sempre dadas por inteiro e com a maior segurança”. E mais, “Os programas das disciplinas de natureza educativa geral destinados aos alunos do sexo masculino” seriam “diferentes, na medida conveniente e necessaria, dos destinados aos alunos do sexo feminino” (p. 2).

Gustavo Capanema ainda disserta sobre os estabelecimentos de ensino, bem como a fiscalização dos mesmos. Vejamos:

“O Governo Federal manterá tantos estabelecimentos de ensino secundário, quantos poudier. Concederá autorização e reconhecimento aos que forem organizados pelos governos estaduais e municipais e por particulares, obedecidas as exigencias da lei. Poderá organiza-se um estabelecimento para dar ou só o primeiro, ou o primeiro e segundo, ou todos os três ciclos.

A fiscalização federal deverá reduzir-se ao minimo, ao estritamente necessario a que se conduzam os estabelecimentos autorizados ou reconhecidos dentro das normas essencias da organização escolar secundária. Procurar-se-á antes orientar que policiar. A pedra de toque da eficiencia do ensino serão os exames finais, que se realizarão, no termo do primeiro e do segundo ciclos, em

cada estabelecimento, com vigilante controle federal, e, no termo do terceiro ciclo, para todos os candidatos, somente nos estabelecimentos da União, ou mantidos pelos Estados e que forem considerados idoneos para a função examinadora” (p. 3).

Desta maneira, a lei estabeleceria, segundo o ministro, “os preceitos necessários a assegurar, em todas as escolas secundárias, uma montagem satisfatória, uma administração severa, a constituição de um corpo docente capaz moral e intelectualmente, e um regimen pedagogico que faça delas centros de educação integral, isto é, de estudos metodicos, de exercicios ginasticos e desportivos, de disciplina moral e de fervor cívico” (p. 3).

A partir de abril de 1941, após uma entrevista concedida por Gustavo Capanema aos *Diários Associados*, a elaboração da reforma do ensino secundário tonou-se pública. Na verdade, não foi uma entrevista; tudo que foi publicado pela imprensa havia sido redigido, anteriormente, pelo próprio ministro<sup>16</sup>.

O pronunciamento foi publicada na íntegra por vários jornais em todo o Brasil<sup>17</sup>.

Gustavo Capanema confirmou que estava “organizando o projeto de uma nova lei do ensino secundário”, com uma nova estrutura do currículo e de programas, que deveria entrar em vigor a partir de 1942, porém, não entra em detalhes sobre a desejada alteração dos ciclos<sup>18</sup>.

Um ponto muito citado pelo ministro foi a Reforma Francisco Campos. Ele afirma que, “A experiencia desses dez ultimos annos, experiencia rica, a mais rica da historia de nossa educação, será em tudo, e na medida possivel, aproveitada”. E completa:

“A reforma de 1931 não foi elaborada por mim. Della falo com a maior isenção. Trata-se de um empreendimento da mais alta relevancia na historia da educação brasileira. Ella collocou o ensino secundario na sua dignidade de ensino destinado á formação espiritual da juventude, ampliou o curriculo, introduziu a ordem e o methodo na vida collegial, possibilitou um desenvolvimento admiravel da educação secundaria, que passou das grandes cidades ao interior do paiz, que deixou de ser privilegio apenas de meninos de familia abastada ou protegida da sorte para tornar-se accessivel aos menos afortunados, com o que augmentou o interesse, a vigilancia, a exigencia popular com relação a este ramo da educação”.

<sup>16</sup> Arquivo Gustavo Capanema – CPDOC / FGV – G.C. 36.03.24/1 VI – 4 (série g).

<sup>17</sup> *Estado da Bahia*, Salvador, em 3/4/1941; *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, em 4/4/1941; *Diário de Notícias e Jornal do Estado*, Porto Alegre, e *Diário de Pernambuco*, em 5/4/1941; e *O Nordeste*, Fortaleza, 29/4/1941.

<sup>18</sup> Os trechos aqui citados foram extraídos do *O Jornal*, de 4 de abril de 1941.

Como foi dito anteriormente, Gustavo Capanema estava preocupado com a elaboração dos programas, porém, para ele, o mal não residia nos mesmos. Vejamos como o ministro expôs esse assunto, destacando, também, o papel dos professores no ensino:

“Trabalhar pelo ensino secundario é, portanto, primordialmente, essencialmente, trabalhar pela formação, pela constituição de um professorado secundario de grande envergadura.

Ha observadores de demasiado optimismo, que entendem serem os programmas a questão essencial. Maldizem dos programmas actuaes e julgam que a reforma, a simplificação dos programmas, será o solução do problema de nosso ensino secundario. Com os programmas vigentes, tudo está perdido: com novos e mais singelos programmas, tudo estará salvo.

Se a pedra filosofal das difficuldades humanas pudesse ser assim tão facilmente encontrada, que officio ameno seria dirigir e manobrar as coisas, os homens e os problemas!

Os que meditam pacientemente sobre as questões pedagogicas, os que as estudam com afinco, sabem que os programmas constituem elementos de consideravel importancia, mas que não formam de modo nenhum a base e a substancia, não são essencial da obra educativa.

O essencial é o professor, e a qualidade, o estylo, o poder do professor”.

Gustavo Capanema encerra seu pronunciamento criticando a expressão, “Salvemos o ensino!”, que havia sido publicada recentemente em um jornal do Rio de Janeiro. Para ele, a expressão era exagerada. “Melhoremos o ensino secundario”, afirmou o ministro; “Esta obra exige trabalho e vigillancia, consciencia da responsabilidade, desejo e sede de cultura, amor, fé e boa vontade”.

Após essa entrevista, vários artigos foram publicados na imprensa de todo o Brasil sobre a elaboração da reforma do ensino secundário.

Em novembro de 1941, mais um pronunciamento foi feito por Gustavo Capanema aos *Diários Associados*. Novamente, o ministro da educação não entra em detalhes sobre a elaboração da reforma do ensino secundário. Um ponto em destaque na entrevista é a *educação para a Pátria*. Vejamos o que disse o ministro<sup>19</sup>:

“Direi que educar para a pátria é lema que, em nosso país, e neste momento de nossa história, deve estar vivamente aceso no coração de todos os professores, mas sobretudo, no coração dos professores do ensino secundário.

A muitas finalidades se propõe a educação. Dentre elas, uma se apresenta com especial relevo e está a merecer o maior devotamento dos educadores: é a finalidade patriótica.

É preciso que a escola, e de modo especial a escola secundária, continuamente e em tudo, se movimente numa atmosfera moral e de que esteja

<sup>19</sup> Os trechos aqui citados foram extraídos do *O Jornal*, de 11 de novembro de 1941.

excluído o egoísmo, a indiferença, o retraimento, a descrença, a indisposição quanto ao que diz respeito à pátria, é preciso que ela viva numa atmosfera de fervor, em que os sentimentos fundamentais do cidadão e do soldado se tornem vigorosos.

Deverá a legislação nova fazer com que a escola secundária tenha os olhos voltados para o Brasil. Isto deve começar pela própria organização do currículo e dos programas”.

Antes da publicação do decreto da Lei Orgânica do Ensino Secundário, não temos referencia de mais nenhum pronunciamento do ministro da educação.